

ANC

PMDB e PFL avançam na negociação de pontos polêmicos

Franklin Martins

BRASÍLIA— Quem apostou no confronto corre o risco de influir muito pouco na elaboração da nova Carta. Para a Constituinte, chegou a hora da negociação. Essa é a avaliação do grupo interpartidário — inicialmente formado, no final de junho, pela chamada ala menos conservadora do PFL e setores progressistas do PMDB — que vêm se reunindo todas as quartas-feiras pela manhã, na biblioteca da Câmara dos Deputados, buscando uma solução negociada para a maioria dos temas polêmicos em debate.

Em meados de setembro, a Comissão de Sistematização apresentará seu substitutivo para a discussão e a primeira votação em plenário. Para derrubar qualquer um de seus artigos, serão necessários 280 votos (maioria absoluta), um número que, todos reconhecem, é muito difícil de reunir. Os próximos 50 dias, portanto, são decisivos para definir o perfil da nova Constituição.

Durante um mês, o grupo interpartidário foi encarado com ceticismo por muitas lideranças, que não acreditavam na possibilidade da iniciativa dissolver o clima de radicalização existente e encontrar soluções capazes de receber o apoio da maioria dos constituintes. Hoje, porém, o quadro mudou.

Movimento une — Na próxima quarta-feira, os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, Fernando Henrique Cardoso e Luís Henrique, por exemplo, estarão de manhã na biblioteca da Câmara, contando inclusive com o discreto estímulo do presidente do partido, Ulysses Guimarães, que se convenceu de que a articulação tem fôlego e será um fator importantíssimo na Constituinte. O PDT mandará representantes. O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, também já avisou que quer se somar às discussões. O líder do PCB, Roberto Freire, e o senador Virgílio Távora já estão integrados.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, que, desde o começo, através de seus vice-líderes, vem apoiando a articulação, tem data marcada para entrar diretamente no circuito: 5 de agosto. Nessa data o grupo, depois de ter passado em revista os 12 pontos selecionados para a negociação, realizará um seminário no auditório do Serpro, partindo em seguida para a redação de propostas de emendas conjuntas ao projeto de Constituição.

“Já conseguimos desestabilizar a polarização entre esquerda e direita, entre progressistas e conservadores. Está todo

mundo sendo obrigado a refazer suas contas”, disse o deputado Jaime Santana (PFL-MA), um dos pioneiros da iniciativa, seguro de que os entendimentos possibilitarão uma Constituição moderna, duradoura e socialmente avançada, que expresse a média do pensamento brasileiro.

Revelações — O entusiasmo do deputado maranhense é compartilhado por quase todos os constituintes que integram o grupo. “Deixamos de lado os preconceitos, sentamos para conversar, e descobrimos que temos preocupações convergentes”, disse Antônio Brito (PMDB-RS). O clima de entendimento propiciou revelações de lado a lado. Os pefelistas, por exemplo, não economizam elogios em relação ao deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). Discreto, organizado, eficiente, Scalco, na prática, acabou se transformando informalmente numa espécie de secretário da articulação.

Os pemedebistas também não escondem a admiração pela seriedade e capacidade de trabalho dos parlamentares pefelistas que integram a iniciativa. “O relatório do José Jorge (deputado do PFL de Pernambuco) sobre empresa nacional e reserva de mercado foi ótimo”, elogiou Miro Teixeira (PMDB-RJ), que também fez questão de ressaltar a isenção do senador José Agripino (PFL-RN) no estudo da anistia. Agripino, antes de apresentar seu trabalho, foi ouvir os dois lados e reuniu-se tanto com os oficiais cassados das Forças Armadas quanto com representantes dos ministérios militares.

No dia 5, a fase preliminar da discussão dos relatórios estará esgotada e as propostas de emendas começarão a ser regididas. O passo seguinte será debatê-las com todos os constituintes. “Não vamos chegar com pacotes fechados, queremos é ampliar a negociação”, explicou Miro.

O grupo, porém, confia em alcançar a maioria já na Comissão de Sistematização, ou seja, 48 votos entre os seus 97 integrantes. Nessa semana, articulou-se muito em torno dessa estratégia. Na quinta, à noite, um dos membros do grupo interpartidário, eufórico, já contabilizava 46 constituintes da Sistematização dispostos, em princípio, a apoiarem as emendas conjuntas. Vamos ter maioria, garantiu ele.

Se isso acontecer, o relator Bernardo Cabral, com quem o grupo vem mantendo conversações, já disse que a maior parte do seu trabalho estará pronta. Ele só terá que incorporar as emendas ao substitutivo. A tese da negociação terá prevalecido. Quem quiser o confronto, então, que reúna 280 votos no plenário.

Educação



Miro Teixeira (PMDB)



Edme Tavares (PFL)

Reforma Agrária



Euclides Scalco (PMDB)



Thomaz Nonô (PFL)

Estado na Economia



Severo Gomes (PMDB)



Virgílio Távora (PDS)

Desigualdades



José Serra (PMDB)



Jaime Santana (PFL)

Intransigência do líder sugere debate

A iniciativa da negociação começou no momento em que a radicalização parecia ter tomado conta da Constituinte: no fim de semana em que foram votados os anteprojetos das oito comissões temáticas. Na madrugada de sábado, na comissão de Ordem Econômica, houve troca de tapas no plenário e até a bandeira nacional foi derrubada na confusão.

No domingo, vários deputados do PFL foram à casa do deputado Thomaz Nonô, que embarcava para a Europa no dia seguinte, para um almoço de despedida. Na mesa, o assunto foi um só: os entrevistos dos dias anteriores e o clima envenenado que dominava a Constituinte. Irritados com a atitude de confronto adotada pelo líder do partido, José Lourenço, os parlamentares, a maioria com base eleitoral urbana e sensível aos anseios da opinião pública, decidiram prosseguir a conversa no dia seguinte, na casa do deputado Lúcio Alcântara.

Al acertaram constituir o grupo moderno do PFL — também chamado ironicamente de PFL do B —, em torno da idéia de que o país precisa de uma Constituição moderna e duradoura. Por isso mesmo, fruto da negociação e não do confronto.

Movimento — Na mesma semana, o deputado Jaime Santana foi jantar no Florentino. Na mesa ao lado, estava Miro Teixeira, do PMDB, do Rio. Santana informou ao deputado fluminense, um dos vice-líderes de Covas, da posição do grupo de trabalhar pela negociação. Miro, entusiasmado, demonstrou total concordância e ficou de levar o assunto a Covas.

Enquanto isso, os parlamentares pefelistas reuniram-se com o senador Marco Maciel, presidente do partido, e com o deputado Ulysses Guimarães, a quem comunicaram a posição do grupo. Na semana seguinte, Miro veio com a resposta de Covas: ele estava de acordo com a iniciativa mas, pessoalmente, julgava mais conveniente só entrar mais tarde nas negociações. Indicou então quatro de seus vice-líderes para se encontrarem com o PFL do B.

Além de Miro, foram à reunião Euclides Scalco, Paulo Macarini e Pimenta da Veiga, pemedebistas, e Jaime Santana, Saulo Queiroz, José Jorge e Lúcio Alcântara, pefelistas. O grupo interpartidário começou a tomar forma. Na reunião seguinte, apareceram mais deputados. A articulação foi crescendo, com Nelson Jobim, Antônio Brito, José Serra, Severo Gomes, Alceni Guerra, José Agripino, Edme Tavares e outros. Foram definidas as normas de trabalho.

Assuntos passaram por seleção

Não foi só a ausência de preconceitos que gerou o clima de entendimento dentro do grupo interpartidário. Foi necessário ter os pés no chão também. Primeiro eliminaram-se os temas onde seria praticamente impossível qualquer acordo: sistema de governo, duração do mandato presidencial e voto proporcional ou distrital. Foram afastados também da discussão pontos secundários que poderiam prolongar indefinidamente as negociações. Em seguida, selecionaram-se 12 temas e, para cada um, indicaram-se relatores.

Euclides Scalco (PMDB-PR) e Thomaz Nonô (PFL-AL) ficaram com a reforma agrária; José Jorge (PFL-PE) e Roberto Brandt (PMDB-MG), com empresa nacional e reserva de mercado; Antônio Brito (PMDB-RS), com comunicações; Miro Teixeira (PMDB-RJ) e Edme Tavares (PFL-PB), com educação; Alceni Guerra (PFL-PR) e Raimundo Bezerra (PMDB-CE), com segurança social; Paulo Macarini (PMDB-RS), Mendes Thame (PFL-SP) e Roberto Freire (PCB-PE), com a área trabalhista; Severo Gomes (PMDB-SP) e Virgílio Távora (PDS-CE), com o estado na eco-

nomia; Saulo Queiroz (PFL-MS) e Antônio Mariz (PMDB-PB), com sistema financeiro; Jaime Santana (PFL-MA) e José Serra, com distribuição de renda e desigualdades regionais; Lúcio Alcântara (PFL-CE), José Carlos Greco (PMDB-SP) e Maurício Campos (PFL-MG), com a questão urbana; José Agripino (PFL-PB) e Jutahy Magalhães (PMDB-BA), com anistia; e Pimenta da Veiga (PMDB-MG), com moratória e dívida externa.

Nas discussões, o grupo logo se definiu por uma Constituição enxuta, em torno de 200 artigos — o projeto da Comissão de Sistematização, por exemplo, tem 501. Reduzir drasticamente o número de artigos, porém, não é um trabalho fácil, porque muitos constituintes fizeram campanha eleitoral em cima de determinadas questões que, embora não sejam matéria constitucional e se enquadrem melhor na legislação complementar, desejam incluir na Constituição. A solução encontrada para o problema dentro do grupo foi de trabalhar por uma Carta sintética, mas com uma disposição transitória que dê aos demais temas preferência no Congresso e prazo para serem votados.

Base para acordo está definida

Ainda é cedo para saber qual será o conteúdo das propostas de emenda que vão ser elaboradas pelo grupo interpartidário. Em vários pontos, porém, há tendências que podem prevalecer no final.

A questão da estabilidade, por exemplo, muito provavelmente será resolvida através de uma fórmula que tome como base o projeto das demissões imotivadas, elaborada pelo Departamento Intersidial de Assessoria Parlamentar (Diap) e apresentado na legislatura passada pelo deputado Pimenta da Veiga, então líder do PMDB. Ou seja, não haveria estabilidade para o trabalhador 90 dias após sua admissão no emprego — como está no projeto da Comissão de Sistematização —, mas o empregador não poderia mais demitir sem motivo justificado.

Na área da educação, a tendência é definir que as verbas públicas sejam destinadas à rede pública, abrindo-se exceção para escolas privadas confessionais, comunitárias ou filantrópicas. Um ponto onde a decisão ainda não amadureceu: se essas escolas poderiam ou não ter fim lucrativo. Busca-se também uma fórmula para garantir a existência de instituições como o Senai e Senac, que deve incluir duas novidades: participação dos trabalhadores na administração e controle das contas pelo Tribunal de Contas da União.

Empresa nacional — A questão urbana provavelmente contemplará a desapropriação por necessidade social com títulos de dívida pública, salvo nos casos de residência. Haverá uma proposta de taxa progressiva no caso de não ocupação dos terrenos e o valor de um imóvel para efeito de desapropriação não incorporará a valorização decorrente de obras públicas.

As conversas dentro do grupo interpartidário apontam ainda para a manutenção de um conceito de empresa nacional próximo ao definido no anteprojetos da Comissão de Sistematização — ou seja, não basta uma empresa ter sede no país para ser considerada nacional. Pode ser, porém, que prevaleça a posição de remeter o tema para legislação complementar. O princípio da reserva de mercado — provavelmente com outra expressão, como proteção do mercado — aplicado em termos temporários e em setores definidos, deverá ser assumido pelo grupo. O detalhamento, porém, será remetido também para a legislação complementar.

No voto — Na área tributária, a tendência é aproveitar o projeto vindo da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, inspirado no trabalho do relator José Serra (PMDB-SP) e do presidente Francisco Dornelles (PFL-RJ). Isso implicaria eliminar algumas contradições colocadas pelo projeto da Comissão da Ordem Social, que abria as portas para outros tributos.

Existem um acordo a respeito de que a concessão de canais de rádio e televisão deva ser de competência da União, mas referenda pelo Congresso. A criação do Conselho Nacional de Comunicação, que seria ouvido nesses casos, ainda não é uma questão consensual no grupo.

Há temas sobre os quais, no momento, não há indício de tendência do grupo nas negociações. A reforma agrária e a ampliação da anistia para os militares cassados são exemplos. Duração do mandato presidencial, sistema de governo e sistema eleitoral (voto distrital ou proporcional) não farão parte do acordo. A decisão será no voto, em plenário.